

# Nação e palavra: escritores de língua alemã no exílio latino-americano

Patrícia da Silva Santos\*

## Resumo

Proponho uma reflexão de cunho teórico e empírico sobre a literatura de exílio e de testemunho e seus aspectos sociológicos relativos ao encontro entre culturas e às alterações de identidade promovidas pelo rompimento do vínculo direto com a nação. Para isso, recorro a teóricos como Georg Simmel, Norbert Elias, Alfred Schütz, Theodor Adorno e outros. A base empírica consiste em obras de intelectuais e escritores (sobretudo mulheres) de língua alemã exilados em países latino-americanos por conta de perseguição pelo nacional-socialismo.

## Palavras-chave

Nação. Literatura. Exílio. América Latina.

## Abstract

This study proposes a theoretical and empirical reflection about exile and testimonial literatures and their sociological aspects relating to the encounters between culture and identity changes promoted by the rupturing of a direct bond with one's nation. To achieve this goal, I resort to authors like Georg Simmel, Norbert Elias, Alfred Schütz, Theodor Adorno and others. The empirical basis comes from works of German language intellectuals and writers (especially women), who were exiled in Latin-Americans countries because of persecution by national socialism.

## Keywords

Nation. Literature. Exile. Latin America.

## Introdução

O exílio é uma condição social que envolve um dos mais poderosos marcadores de identidade das sociedades modernas: a nação. Ainda que tenhamos assistido nas últimas décadas a processos de globalização que

---

\* Professora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (UFPA). *E-mail*: patricia215@gmail.com.

implicam as mais diferentes esferas da vida social, é ainda muito difícil dizer que os domínios simbólicos das nossas sociedades possam prescindir da conexão com os sentidos oferecidos pela nação. Nesse texto, pretendo discutir a relação entre exílio, nação e atribuição de sentido por meio da literatura de exílio produzida por escritores que estiveram exilados na América Latina devido a perseguições pelo regime nacional socialista. A maioria das obras aqui interpeladas como base empírica foi escrita por mulheres.

Embora, conforme reconhece Kestler com propriedade, não haja um consenso entre os pesquisadores de literatura de exílio com relação à possibilidade ou não de se falar de uma estética específica pertinente a esse tipo de literatura (KESTLER, 2005, pp. 7-8), é inegável que as violências e determinantes históricos a cunham de diferentes maneiras, tanto no que se refere às contingências mais evidentes, como aquelas relacionadas à língua utilizada para escrever e veicular os textos, como no que se refere aos fortes movimentos de identidade subjetiva implicados no processo de exílio e de transição entre culturas.

Pretendo destacar duas dimensões cruciais (e complementares) implicadas nesse tipo de literatura desde uma perspectiva que vincula a produção estética ao contexto histórico-social: por um lado, apoio-me na perspectiva que torna a literatura de exílio especialmente relevante do ponto de vista sociológico, referida ao encontro ou choque cultural que lhe é inerente; por outro, pretendo ressaltar outra questão, de cunho mais subjetivo, relativa aos “trânsitos” de identidade que são próprios às manifestações literárias aqui examinadas. As duas dimensões servirão para ressaltar “o quão profunda e terrivelmente os poderes externos podem impor-se sobre as pessoas, até o seu âmago.” – conforme formula uma escritora alemã exilada no México (SEGHERS, 1973, p. 453). No que se refere à metodologia de análise seguida, a literatura será entendida como uma forma de exposição da realidade, como defendia, por exemplo, Auerbach (2007). Portanto, a vinculação decisiva entre essa forma de expressão e a época e lugar de sua origem permite observá-la como um testemunho da história. Dessa vinculação decorre a possibilidade de observar a literatura a partir de um “método que seja histórico e estético ao mesmo tempo” (CANDIDO, 1997, p. 16).

A exposição será feita percorrendo os seguintes passos: inicialmente, exporei rapidamente algumas reflexões acerca da conexão entre nação e produção de sentido, apontando para a forte relação entre manifestação

literária e Estados-nações nas sociedades modernas (aqui, retomo ideias de Georg Lukács e Norbert Elias); depois, também com base no debate da teoria social, pretendo fazer um breve apontamento acerca da condição do estrangeiro (aqui, destaco as perspectivas de Georg Simmel e Alfred Schütz a respeito do problema); por fim, na segunda parte do texto, retomo exemplos empíricos com base em obras de alguns autores de língua alemã exilados na América Latina após 1933 para discutir os dois principais problemas destacados na análise proposta (a exposição do encontro cultural e das alterações subjetivas que demarcam a literatura de exílio) em diálogo com os argumentos teóricos apresentados. Nessa segunda parte do texto, discorro, ainda, sobre dimensões histórico-culturais das sociedades latino-americanas (especialmente, Brasil e Argentina) e levo a cabo um diálogo entre as formas que elas tomaram nas exposições literárias dos exilados e o modo como elas estiveram presentes no debate intelectual do período.

Cumprе mencionar que a América Latina não foi o destino privilegiado dos intelectuais refugiados do regime nacional-socialista, em parte devido a restrições relativas à cultura, à língua e à organização social desses países, em parte por conta de razões de cunho político, diplomático ou mesmo em consequência das restrições no que tange às políticas imigratórias (CARNEIRO, 2007). De todo modo, a despeito das dificuldades, a América Latina também recebeu muitos refugiados intelectuais e escritores, embora a maioria deles não contasse com muito renome no momento da migração forçada. Talvez justamente por isso as pesquisas sobre literatura do exílio latino-americano de língua alemã ainda apresentem lacunas importantes. É fato que autores como Stefan Zweig, Anna Seghers e Paul Zech, todos muito conhecidos antes do banimento da Europa, possuem uma fortuna crítica de suas obras e trajetórias do exílio já consolidada.

No caso do exílio brasileiro, especificamente, podemos mencionar dois trabalhos recentes que buscaram resgatar a história de autores relativamente menos discutidos: a pesquisa pioneira de Kestler (2005), que oferece uma listagem e indicações biográficas de todos os intelectuais exilados no Brasil e, mais recentemente, a pesquisa de Marlen Eckl (2010), que oferece um panorama amplo da “imagem de Brasil” concebida por parte dos refugiados do nacional-socialismo em território nacional. De todo modo, em diálogo com a bibliografia sobre o tema, é possível reconhecer que o exílio latino-americano de intelectuais e escritores perseguidos pelo regime nacional-socialista resultou em intensa movimentação cultural, ainda que muitos textos tenham caído no esquecimento (MÜHLEN, 1988;

KOHUT; MÜHLEN, 1994). Nosso objetivo também engloba a perspectiva de contribuir para esse debate.

## Literatura como expressão da nação

Em 1938, Georg Lukács postulava uma relação de simbiose entre literatura e nacionalidade. Para ele, a literatura preservaria uma “relação viva com a herança cultural”, implicaria conteúdos que “crescem da vida e da história do povo”

Onde quer que o patrimônio cultural tenha uma relação viva com a vida real das pessoas, isso é caracterizado por um movimento dinâmico, progressivo, no qual a força criadora ativa da tradição popular, dos sofrimentos e alegrias do povo, dos legados revolucionários são estimulados, preservados, transcendidos e ainda desenvolvidos. Para um escritor possuir uma relação viva com a herança cultural implica ser um filho do povo, nascido da corrente de desenvolvimento do povo. Neste sentido, Máximo Gorki é um filho do povo russo, Romain Rolland era filho do povo francês e Thomas Mann filho do povo alemão. Apesar de toda a sua individualidade e originalidade, apesar de toda sua distância de uma arte que recolhe artificialmente e estiliza sobre o primitivo, o tom e o conteúdo dos seus escritos crescem da vida e da história de seu povo, eles são um produto orgânico do desenvolvimento de suas nações. É por isso que é possível para eles criar a mais alta qualidade da arte e, ao mesmo tempo, tocar um acorde que pode provocar e efetivamente provoca uma resposta nas amplas massas do povo. (LUKÁCS, 1957, pp. 53-54).

Essa vinculação que se efetiva no plano da literatura replica uma dimensão mais geral do processo de desenvolvimento histórico da civilização ocidental. Conforme argumenta Norbert Elias (1992), os Estados modernos substituíram formas anteriores de associação que existiam nas comunidades tradicionais (clãs, tribos, religião etc.) no posto de instâncias doadoras de sentido à existência. Para Elias, após um gradativo processo de secularização, o apego historicamente desenvolvido aos valores do Estado e, conseqüentemente, à coletividade nacional teria origem em um conflito entre o desejo de sobrevivência pessoal e o desejo de sobrevivência da sociedade, pois agora o sentido da existência advém justamente da nação. O argumento básico é que, ao longo do tempo, o Estado teria se firmado

como instância doadora de sentido porque ele é algo que sobrevive às existências físicas, que as transcende. Essa unidade coletiva nacional, com seus valores, crenças, língua comum, história etc. oferece um “sentimento de identidade”, de acordo com o argumento de Elias:

Quanto mais grupos de parentesco como famílias e clãs perderam sua função como suportes de identidade pessoal que se estende para além da morte, mais se fortaleceu a mesma função de outras formações sociais. Ao longo de um tempo na Europa, organizações religiosas especializadas, como igrejas [...] eram os principais focos para onde se direcionavam os desejos gêmeos por uma identidade e por um valor, um pertencimento e um sentido [...].

Em épocas mais recentes, especialmente nos séculos XIX e XX, tais sentimentos fixaram-se, em medida crescente, em produtos sociais puramente seculares com suas tradições de crença e de comportamento; unidades tais como classes ou nações tornaram-se agora os principais focos para necessidades dessa espécie. (ELIAS, 1992, pp. 453-454).

Essa constatação sociológica possui uma reverberação especial nas manifestações artísticas de uma dada sociedade. É nesse sentido que a literatura é uma das formas de expressão desse sentimento de unidade e de identidade que se forma nas nações. Nela, a cultura e o sentido da existência possuem contornos nacionais: desde o traço mais evidente pautado em uma língua em comum até processos ligados à vivência cotidiana, aos comportamentos, costumes, alimentação etc. O sentido e a identidade social estão fortemente ligados ao Estado-nação<sup>1</sup>.

Vale lembrar que os conceitos de sociogênese e psicogênese, que permeiam a obra de Norbert Elias, apontam justamente o fato de que, nas sociedades modernas, a formação da nação é acompanhada de perto pela formação de um determinado tipo de personalidade. Em seu último livro, *Estudos sobre os alemães*, o sociólogo tem um intento bem específico ao buscar escrever o que chama de “biografia de uma sociedade-Estado”: deseja chamar a atenção para a “fragilidade” daquilo que denominamos civilização, pensando em um Estado individual, que é a Alemanha de

---

<sup>1</sup> Embora a hegemonia dessa dimensão seja questionada em algumas perspectivas sociológicas contemporâneas que acentuam os processos de globalização (por exemplo: BECK, 1999), ela continua sendo um traço bastante pertinente das sociedades modernas. De todo modo, o período aqui analisado precede o caráter mais intenso dos processos de globalização e mundialização contemporâneos.

sua época. “Assim como no desenvolvimento de uma pessoa singular experiências de épocas anteriores continuam tendo efeito na época presente, assim também no desenvolvimento de uma nação” (Idem, p. 233). Elias mobiliza um arsenal de fontes e, de maneira bastante coerente, pautado em suas categorias de figuração e processo, constrói uma narrativa cuja intenção última é entender o colapso da civilização alemã no período do nacional-socialismo. Basicamente, por figuração Elias entende a forte interdependência existente entre indivíduos e processos sociais, de modo que as dimensões macrológicas do mundo social se desenvolveriam de maneira concomitante às dimensões micrológicas. Por outro lado, os processos de longa duração são aquilo que Elias toma como o objeto sociológico por excelência: eles encerram uma maneira de observar a forma como aqueles arranjos figurativos vão se desenvolvendo ao longo do tempo em direções determinadas, que não são, contudo, planejadas, ainda que tenham um sentido (ELIAS, 2014). Aplicando essas perspectivas aos Estados modernos – ao longo de seus textos, encontramos principalmente estudos acerca da Alemanha, da França e da Inglaterra –, Elias procurou estabelecer a psicogênese e a sociogênese de modos de comportamento inerentes às civilizações contemporâneas.

Embora não seja o caso de entrar em detalhes acerca desses conceitos aqui, a intenção de apresentar a reflexão elisiana se refere ao fato de que, no caso do livro *Estudos sobre os alemães*, ela procura oferecer um entendimento de como foi possível a ascensão e vigência do nacional-socialismo. Nesse caso, precisamente a forma muito arraigada de consciência nacional facilitou a disseminação de uma determinada crença racial de fundo totalmente irracional. No caso específico da literatura de exílio produzida pelas pessoas que foram vítimas<sup>2</sup> de perseguição durante o regime nazista, o rompimento radical e forçado com a pátria se espelha tanto por meio dos abalos na identidade daí resultantes como na aproximação que se faz com a cultura estrangeira.

Não se pode esquecer, além disso, a fragilidade dessa situação do apátrida: como sujeitos que perderam o direito a “um governo que os representasse e protegesse”, essas pessoas eram forçadas a viver sob condições de leis de exceção ou sob ausência de leis, conforme discorre

---

<sup>2</sup> E aqui vale retomar outra reflexão de Norbert Elias, para quem “as vítimas da história, os grupos sem poder, que foram vencidos têm chances mínimas de serem lembrados”, pois “o principal ramo daquilo que sobrevive como história na memória é, até hoje, um Estado”. A perspectiva aqui assumida de tomar a manifestação artística das vítimas de perseguição vai no sentido de questionar essa lógica da ciência da história. (ELIAS, 1992, p. 393).

longamente Hannah Arendt (1990), ao refletir sobre o declínio do Estado-nação e sobre o conseqüente fim dos direitos do homem – por contraditório que possa parecer, tais direitos só são legítimos quando existem autoridades e instituição capazes de promovê-los. Assim, a perda de direitos nacionais é idêntica à perda de direitos humanos. É nesse sentido que sobreviventes dos campos de extermínio, internados nos campos de concentração, e de refugiados e mesmo apátridas “puderam ver [...] que a nudez abstrata de serem unicamente humanos era o maior risco que corriam” (idem, p. 332). Essa fragilidade da situação social do exilado reverbera na literatura de exílio. Pontualmente, é possível aventar aqui um exemplo brasileiro: a proibição da comunicação em língua estrangeira em público (1938) e o fechamento de jornais e editoras alemães em 1941 cerceou a atividade literária de muitos intelectuais de língua alemã exilados no país (CARNEIRO, 2001).

## **A condição de estrangeiro**

Por outro lado, há uma qualidade especial na condição de estrangeiro, e a literatura produzida por indivíduos que estão longe do seu país de origem também reflete essa especificidade. Para chamar a atenção desse aspecto, evoco um breve e clássico texto de Georg Simmel, intitulado “O estrangeiro”. O autor argumenta, entre outras coisas, que o estrangeiro é “alguém que se intromete como uma peça extra” em uma dada formação e, por isso, consegue estabelecer uma forma específica de proximidade e distância com a cultura e as pessoas nativas – o que lhe concede, por sua vez, objetividade e liberdade em seus julgamentos, também por não “estar amarrado a nenhum compromisso”. Isso porque o estrangeiro é “mais livre, prática e teoricamente, ele contempla as relações sem preconceitos, mede-as em ideais mais gerais, objetivos e, em suas ações, não está ligado a costumes, piedade, antecedentes” (SIMMEL, 1992).

Em uma discussão que toma o texto de Simmel como uma de suas referências, Alfred Schütz (1944) argumenta que a tarefa própria dos estrangeiros seria a interpretação constante. Conforme Schütz, os estrangeiros são confrontados com padrões culturais peculiares que são esquemas de referências inquestionáveis para o grupo doméstico. Tais padrões oferecem, de maneira inconsciente, a receita para agir em cada uma das situações que são apresentadas. Contudo, o estrangeiro é aquele que põe em questão essa “concepção de mundo relativamente natural”, é alguém que reflete a respeito do “pensar como de costume”, acerca daquilo

que para o grupo local é algo naturalizado; a tarefa básica do estrangeiro é, portanto, traduzir e interpretar constantemente um mundo social que lhe é estranho:

Em outras palavras, o padrão cultural do grupo aproximado não é para o estrangeiro um refúgio, mas um campo de aventura, não é um problema claro, mas um tópico questionável de investigação, não é um instrumento para desenredar situações problemáticas, mas uma situação problemática em si mesmo – e uma difícil de controlar. (SCHÜTZ, 1944, p. 506)

Além disso, tomando especificamente o exemplo da língua (elemento crucial no âmbito da literatura, que é o caso que temos aqui em mente), Schütz argumenta que apenas as pessoas internas a um determinado grupo cultural possuem o “esquema de expressão” de uma língua como algo “autêntico”, como parte inerente ao “pensar como de costume”. O esforço feito pelo estrangeiro para dominar a língua local será sempre contingente, em maior ou menor medida. Nesse sentido, o exílio imprime nos indivíduos que o vivenciam aquilo que Edward Said chamou de uma “tristeza essencial”, que “jamais pode ser superada”, “uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal” (SAID, 2003) ou, ainda, as imagens de desterro que Adorno nos legou em seus retratos de uma “vida danificada” (ADORNO, 2008, p. 36).

De todo modo, para a finalidade almejada com esse texto, vale reter do argumento desses autores a perspectiva de que a condição do estrangeiro é uma condição especial, que se reflete na forma como ele se posiciona em relação aos conteúdos socioculturais inerentes à sociedade onde se encontra. No caso específico da literatura de exílio, é essa qualidade peculiar do estrangeiro que frequentemente toma forma linguística. A “herança cultural” toma forma não aos olhos de um “filho do povo”, mas sim de um forasteiro.

## Literatura de exílio

Com base nessas breves indicações teóricas, gostaria de discutir alguns trabalhos literários escritos por escritores de língua alemã que se exilaram na América Latina após 1933. Como sabemos, a “era das catástrofes” configurada pelo século XX deixou marcas decisivas nas formas humanas de representação, simbolização e conhecimento. Hannah Arendt chamou



atenção para uma “banalidade do mal” que estaria por detrás de eventos como o nazismo e cujos alicerces se deveriam a elementos da constituição da sociedade moderna (ARENDDT, 1999). De acordo com Theodor Adorno, a exigência moral de todas as sociedades póstumas à *Shoah* deveria ser que “Auschwitz não se repita” (ADORNNO, 1986b, p. 674). Para Norbert Elias, o fascismo deveria ser empregado para demonstrar de maneira definitiva que é um grande problema a perspectiva corrente na nossa sociedade de que a civilização seria um comportamento natural dos seres humanos (ELIAS, 1992). Ao contrário: a maneira civilizada é um aprendizado histórico, não é um “atributo geneticamente herdado” e por isso está sujeita a colapsos como o do nazifascismo.

Tenho em mente essas articulações teóricas ao analisar a obra literária de escritores e intelectuais exilados na América Latina devido a perseguições empreendidas pelo regime nazista. Mas, aqui, gostaria de enfatizar uma dimensão bastante específica dos produtos literários deixados por esses autores: aquela que se refere ao encontro entre culturas, às relações entre identidade subjetiva e identidade nacional – entre o “caráter nacional” e as “estruturas de personalidade”, como diria Norbert Elias (Idem) – e aos simultâneos temor e liberdade que podem ser suscitados por uma quebra dessa relação – como elabora, por exemplo, Vilém Flusser (2007).

Penso que, por um lado, de um ponto de vista mais geral, essa perspectiva permite analisar aspectos relativos à condição de estrangeiro, suas reverberações na identidade subjetiva e no julgamento da cultura alheia e, por outro (complementarmente), ela permite discutir aspectos das culturas latino-americanas observados desde uma perspectiva estrangeira (conforme elaborado por Schütz e Elias), mas que se colocam em intenso diálogo com os intensos debates coevos acerca dessas formações nacionais. A literatura de exílio é vista aqui como um posto de observação, formulação e exposição caracterizado pelo desterro. Nesse sentido, permite tanto uma reflexão acerca da importância do Estado-nação para a configuração de sentidos na sociedade moderna (conforme indicava Norbert Elias) como uma indicação das consequências surgidas a partir do rompimento (ainda que parcial) com esses determinantes nacionais no caso da situação de exílio. Além disso, é possível perceber que há um “teor testemunhal” nesse tipo de literatura, associado a uma experiência-limite, uma experiência de ruptura. A ideia de “teor testemunhal” se refere ao fato de que a literatura que tem como referência a narração de catástrofes históricas (como a *Shoah*) não se apresenta nem como gênero literário, propriamente, nem como

historiografia tradicional. Esse tipo de relato se oferece como uma forma de traduzir em palavras um sofrimento e uma realidade que são da ordem do indizível, por isso faz coligir a dimensão estética com a ética, conforme argumenta Seligmann-Silva:

Aquele que testemunha se relaciona de um modo excepcional com a linguagem: ele desfaz os lacres da linguagem que tentavam encobrir o 'indizível' que a sustenta. A linguagem é antes de mais nada o traço – substituto e nunca perfeito e satisfatório – de uma falta, de uma ausência. (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 48)

No caso dos textos aqui analisados, tem prevalecimento o relato autobiográfico. As escritoras e os escritores selecionados oferecem um cruzamento entre experiências subjetivas e história como uma forma de “restabelecer o espaço simbólico” – aquele que é cortado do sujeito pelo trauma (GAGNEBIN, 2006). A história contada nesse tipo de autobiografia não se identifica com a oficial, mas carrega, ainda assim, uma dupla função, conforme Gagnebin argumenta em discussão sobre “memória, história e testemunho”: a de narrar o sofrimento indizível de catástrofes como a vinculada aos regimes totalitários e a de resgatar figuras anônimas (Idem).

## O encontro cultural

No caso do Brasil, é bastante sintomático que os refugiados que aqui aportaram tenham destacado, cada um a seu modo, justamente duas das qualidades mais debatidas pelos intérpretes da nação: a que se cristalizou na perspectiva de “democracia racial”<sup>3</sup> e a que é remetida ao conceito de “cordialidade”. A idealização de um encontro étnico harmonioso entre múltiplas culturas e o afã integrador dos brasileiros é uma temática

---

<sup>3</sup> No clássico *Casa grande e senzala*, publicado em 1933, a ideologia de uma harmonia entre as raças é desenvolvida por Freyre de modo detalhado, embora, cumpre dizer, o famoso e controverso termo “democracia racial” não seja empregado aqui nessa obra, nem em outras das mais importantes desse autor (GUIMARÃES, 2001). De qualquer forma, a ideia de um híbrido cultural harmonioso, mesmo que não isento de contradições, aparece na reflexão de Freyre: “Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como o Brasil. É verdade que o vácuo entre os dois extremos ainda é enorme; e deficiente a muitos respeito a intercomunicação entre duas tradições de cultura. Mas não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical – como diria Sorokin – o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos.” (FREYRE, 2006, p. 115).

constante – e, de certo modo, tal aspecto pode ser justificado no caso de pessoas que foram expulsas da Europa justamente com base no ódio racial. A despeito disso, vale ter em mente a observação de Sérgio Buarque de Holanda, para quem: “O desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade.” (HOLANDA, 1995, p. 148). Como bem sabemos, a cordialidade que respalda tal ética nem sempre é positiva, na medida em que está ligada ao prevalecimento do reino do privado e familiar nas relações sociais do país (inclusive aquelas processadas na esfera pública) e abarcaria, nesse sentido, também inimizades e ódios.

De qualquer forma, essas dimensões aparecem de modo bastante evidente no escritor mais renomado a aportar em terras brasileiras devido à perseguição pelo regime nacional-socialista: Stefan Zweig. Seu clássico *Brasil, um país do futuro* foi lançado pelo próprio autor em 1941, em oito edições diferentes, pouco antes de seu suicídio em Petrópolis, ocorrido em 1942. Não cabe aqui entrar em detalhes a respeito da vida de Zweig, bem documentada pela pesquisa relativa à literatura de exílio (DINES, 2004). Contudo, vale destacar a intrincada relação entre o argumento do livro e o conceito de cordialidade, bem como a ideia de democracia racial.

A expressão cordialidade é constante no texto do escritor austríaco: “As mais diversas classes tratam-se mutuamente com uma polidez e cordialidade que a nós pessoas da Europa, tão brutalizada nos últimos anos, sempre causam admiração”; “encontramos em todo bonde, em toda barca, quer estejamos sentados em frente de um preto, quer de um branco ou de um mestiço, a mesma cordialidade”. Nessas reflexões, também aparece a ideia de que o brasileiro “repugna toda brutalidade” (ZWEIG, 1997, p. 145). A “delicadeza de sentimentos” seria sua propriedade mais característica.

Por conta disso, “todas as contradições, mesmo aquelas do social, [têm] aqui significativamente menor agudez e, principalmente, nenhum exagero venenoso” (Idem, p. 16). O problema central da existência humana, o da convivência pacífica, teria sido resolvido pelo Brasil de modo mais “feliz e exemplar” do que por qualquer outra nação, embora o país tenha a constelação mais complexa e complicada do todos os outros lugares do mundo – vale lembrar aqui uma percepção sociológica desenvolvida por Norbert Elias da existência de uma “polaridade inerente”, uma “inimizade latente” que orienta a formação de grupos na sociedade e o conflito entre

eles e que atualmente está intimamente ligada ao Estado-nação<sup>4</sup>.

Gostaria de destacar especialmente o *perfil conciliador* do brasileiro, que, conforme Zweig, pode ser reconhecido tanto nas personalidades individuais como nos eventos históricos e na ausência de processos revolucionários ou de rompimentos radicais:

Pois essa vontade de conciliação, essa postura humana, não por acaso, foi a atitude de governantes e líderes singulares; ela é aqui o produto natural de um caráter popular, da tolerância nata do brasileiro, que sempre se manteve no curso de sua história. O Brasil é a única das nações ibéricas que não conheceu perseguições religiosas sangrentas, nunca queimaram aqui as fogueiras da inquisição, em nenhum país os escravos foram tratados de maneira proporcionalmente tão humana. Mesmo suas revoltas internas e mudanças de governo se realizaram quase sem sangue. O rei e os dois imperadores que, por causa da vontade de autonomia do país, foram impulsionados para fora dele, deixaram-no sem qualquer importuno e, por isso, sem ódio. Mesmo depois de revoltas e golpes sufocados, desde a independência do Brasil, seus líderes não pagaram o preço com suas vidas. Seja quem for que governasse esse país, era inconscientemente necessário adaptar-se a essa conciliação interna [...]. (ZWEIG, 1997, p. 18)

Essas características promoveriam uma harmonia sem precedentes entre as diferentes classes e raças que vivem no Brasil. Especialmente no que se refere às raças, Zweig constata a vigência de uma convivência harmoniosa. A palavra “mestiço”, por exemplo, não teria nenhum tom depreciador, “o ódio de classes e o ódio racial, essa planta venenosa da Europa, ainda não criou raízes aqui.” (Idem, p. 147). Todo o livro está repleto desse julgamento altamente positivo diante do que Zweig reconhece como uma nação “homogênea”. Sempre em oposição ao que se passa na Europa no momento em que escreve, Zweig exalta o “experimento do Brasil com sua completa e consciente negação de todas as diferenças”. Seu relato é claramente o de alguém que foi ludibriado por uma moral que é “sinuosa até na violência”,

---

<sup>4</sup> Norbert Elias formula do seguinte modo em uma discussão que toma como referência central um problema que está no pano de fundo do argumento de Zweig a respeito do Brasil (o nacional-socialismo): “O significado peculiar daquilo que os homens vivenciam como significativo e valioso parece estar associado de diferentes modos (quando não condicionado por isso) por sua exclusividade, sua restrição a grupos parciais da humanidade e inimizades instituídas contra os outros. O valor e o sentido que os homens atribuem a si mesmos como membros de um determinado Estado-nação é um exemplo – talvez o exemplo mais evidente que pode ser indicado nos tempos atuais.” (ELIAS, 1992, p. 456).

como alega Holanda (HOLANDA, 1995, p. 62).

Mas o julgamento de Zweig não difere muito da maioria dos outros. Marte Brill, outra refugiada em terras brasileiras e também uma grande admiradora do país desde que aportou no Rio de Janeiro em 1934, descreve o que aqui encontra com entusiasmo e argumentos similares aos empregados por Stefan Zweig. Há, inclusive, uma passagem na qual um conhecido dela (também um estrangeiro) caracteriza o Brasil de modo a fazer uso da já clássica expressão presente no livro do notório escritor austríaco: “‘It is the coming country’, ele disse extasiado, ‘o país do futuro! Um país bendito, um país de desconcertantes possibilidades!’” (BRILL, 2012, p. 283) De modo significativo, ela intitulou como *O cadinho [Der Schmelztiegel]* a autobiografia que escreveu em 1941, mas foi publicada apenas em 2012. No texto, ela projeta sua trajetória na personagem de nome Sylvia.

A escritora destaca igualmente a cordialidade e harmonia que constata na cultura e convivência brasileiras, afirmando que os homens no Brasil “se encontram em uma atmosfera de jovialidade, confiança e altruísmo” (Idem):

Depois da mistura cruelmente fatídica de índios, portugueses, escravos negros, chegaram a esse cadinho: os espanhóis, os holandeses, os sírios, os judeus, os japoneses. Gerações de italianos e alemães, ingleses e americanos, suíços e dinamarqueses, húngaros e poloneses. Por anos, décadas, séculos. Miseráveis e glutões, trabalhadores e aristocratas, refugiados e aventureiros, uma migração infinita. Guerras e crises, fome e revoltas – cada onda no destino dos continentes lançava multidões de buscadores de refúgio na costa hospitaleira.

Nada ligava esses homens todos além da liberdade: viver a liberdade e morrer a liberdade, odiar a liberdade e amar a liberdade, a liberdade de estar na terra vermelha e construir no céu resplandecente. E todos eram iguais sob esse céu. (Idem, p. 164).

O que mais impressiona Marte Brill no Brasil é a capacidade de misturar os povos: “Nesse respiro incandescente da natureza tropical, as raças tinham se misturado, penetrado, formado, até que estivesse um povo próprio sobre o solo do Brasil, que reconhecia a fusão como a lei de sua vida, como segredo e raiz de sua vida.” (Idem, pp. 149-150).

Do mesmo modo, Susanne Bach, outra exilada em terras brasileiras, afirma que “os brasileiros, sobretudo as pessoas simples, são muito

bondosos e amistosos e não conhecem de modo algum nenhuma diferença de raça” (BACH, 1991, p. 91).

É curioso que, no caso do Brasil, esse aspecto da hospitalidade, da facilidade de integração etc. apareça em destaque em muitos trabalhos de exilados no país. E isso faz parte de uma imagem que o Brasil expõe de si mesmo, a despeito de suas desigualdades extremas. Vale destacar aquela perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda, para quem o afã integrador expressaria um “horror às distâncias”, um “desejo de estabelecer intimidade”, uma “suavidade dengosa e açucarada” (HOLANDA, 1995, p. 164, 161 e 55). No caso dos exemplos apresentados, essas dimensões da cultura brasileira coligiram para formatar uma interpretação por parte dos exilados que mascara as diferenças em prol da conciliação<sup>5</sup>. Talvez estejamos, inclusive, legitimados a sugerir que essa proximidade exacerbada do brasileiro rompe com aquela dimensão positiva do estranhamento, da estrangeirice, advogada por Simmel e Schütz – refiro-me especificamente à capacidade dos estrangeiros de estabelecer julgamentos e interpretações objetivos; vale ter em mente que os dois autores estão conscientes da complexidade e ambivalência da difícil posição ocupada por esse tipo social. Ao romper o equilíbrio entre proximidade e distância que sustenta a relativa objetividade do estrangeiro em seus julgamentos, o brasileiro exporia de si mesmo uma imagem idealizada, pautada na conciliação harmoniosa.

É nesse sentido que, quando comparamos esses textos ao trabalho de Doris Dauber, que esteve exilada na Argentina a partir de 1935, por razões de cunho político, parece que vigora precisamente aquela dimensão enganosa da “cordialidade” brasileira para a qual chamava a atenção Sérgio Buarque de Holanda (que ressoa, inclusive, na avaliação política, conforme demonstra a citação de Zweig).

No caso da avaliação feita por Dauber em um texto que leva o título *Quando eu tive três profissões... Argentina, como ela realmente é [Als ich drei Berufe hatte... Argentinien, wie es wirklich ist]* (DAUBER, 1949), há uma forte crítica às políticas populistas promovidas pelo então presidente Juan Domingo Perón. Não entrarei em detalhes nas críticas contundentes que

---

<sup>5</sup> Aproveito aqui para citar uma observação bastante pertinente feita por uma comentadora: “São os estrangeiros vindos de civilizações pretensamente superiores (pretensão que vale até hoje), que ficam espantados ao encontrar tanta gentileza ali, onde poder-se-ia encontrar, sem sombra de dúvida, desconfiança e hostilidade. E esta qualidade de cordialidade atribuída pelo outro, pelo estrangeiro mais nobre, é, por assim dizer, reivindicada e assumida pelo brasileiro, este cidadão que não tem muita certeza de seus ancestrais, da sua história e da sua identidade.” (GAGNEBIN, 2011).

a exilada faz à Argentina, principalmente ao seu governo, mas também ao caráter passivo e subserviente do povo, contudo, gostaria de retomar uma imagem que aparece em seu diagnóstico final, porque ela permite também acessar um aspecto ligado à sociogênese e à psicogênese de países latino-americanos – retomando aqui os conceitos elisianos – mas expressa um julgamento da sociedade argentina que me parece menos idealizado do que aquele presente nos intérpretes brasileiros mencionados. A crítica da autora ao governo argentino deságua em uma perspectiva de exclusão histórica das classes populares no sistema político do país:

Argentina é o país da maioria das revoluções. Não foram rebeliões populares. Foram todas lutas do grupo dos líderes militares. Um regimento seguia seu superior, um outro regimento lutava contra. O povo observava como terceiro não participante. E assim os argentinos permaneciam apáticos. (Idem, p. 139)

O diagnóstico de Dauber toca em um ponto central do debate acerca da história argentina e mesmo latino-americana em geral: o fato de que a história transcorra aí de modo alijado do povo, obedecendo a desígnios de pequenos grupos – justamente aquele aspecto que Zweig não notou em sua leitura dos processos revolucionários brasileiros, porque estava mais interessado na dimensão conciliatória.

Discorrendo especificamente sobre a sociedade argentina dos anos 1950, em *Que es esto?*, o ensaísta Ezequiel Martínez Estrada elabora a dificuldade que o povo argentino tem de assumir o protagonismo em sua história. Para ele, no momento do peronismo, era possível constatar entre os populares a falta de organização necessária para transformar o país. Perón teria, de fato, promovido uma espécie de revolução na Argentina, mas sempre jogando com o povo e os proprietários, com a esquerda e a direita, de modo tal que, embora mantivesse a república federativa, corrompia as instituições democráticas. Com relação ao povo, a dificuldade de se libertar da dependência dos governantes tinha ainda relações com a história política, marcada pela submissão e temor. Uma espécie de imobilismo do povo argentino faria com que ele estivesse sempre em busca de um líder personalista, como era o caso de Juan Perón e tinha sido, anteriormente, o de Juan Manuel de Rosas e de Hipólito Yrigoyen (ESTRADA, p. 1956). É o encontro com essas tradições políticas e esse caráter nacional que Doris Dauber registra em seu livro, embora cunhe esse registro com o seu testemunho pessoal. Nesse sentido, afirma-se também nesse relato

de Dauber uma dimensão primordial da literatura de exílio, qual seja: a observação e interpretação da cultura do outro.

### **“Vive-se perfeitamente bem entre dois mundos”<sup>6</sup>**

Outra dimensão que se sobressai na literatura de exílio e que também faz com que ela seja profundamente social é aquela que se refere aos deslocamentos subjetivos que estão vinculados ao deslocamento espacial. Com algumas formulações teóricas de Norbert Elias, procurei sugerir o quanto as representações, a simbologia e o imaginário estão vinculados à formação nacional na sociedade moderna. Por seu turno, Vilém Flusser, filósofo autodidata também exilado em terras nacionais por conta de perseguição nazista, procurou construir uma espécie de filosofia do apátrida, que pudesse expressar a separação desses conteúdos mais objetivos relativos ao Estado dos conteúdos subjetivos que constituem os indivíduos:

A pátria, na verdade, não é um valor eterno, mas uma função técnica específica; no entanto, quem a perde, sofre: fica conectado através de inúmeros fios à sua pátria, sendo que quase todos permanecem ocultos, velados à consciência desperta. Quando os fios se rompem ou são rompidos, isso é então vivenciado no íntimo como uma dolorosa intervenção cirúrgica. Ao ser expatriado de Praga (ou quando tive coragem de fugir), passei por isso como um desmoronamento do universo, pois cometi o erro de confundir o público com o privado, com aquilo que me é mais íntimo. Somente quando reconheci, com dor, que os fios amputados estavam agora ligados a mim, é que fui acometido por aquela rara vertigem da libertação e da liberdade (*Freisein*), aquilo que, como se diz, caracteriza o espírito que flutua por todos os lugares. (FLUSSER, 2007, p. 296)

Contudo, a despeito dessa formulação de Flusser que conecta a liberdade à necessidade de não pertencer a um lugar, podemos ponderar que a identidade nacional é um construto histórico de força bastante intensa. O conjunto de símbolos que nos orienta na sociedade moderna está extremamente ligado aos referenciais do Estado-nação. A língua, as leis, os costumes, a comida etc. No século XX, assistimos à extrapolação radical de tais referenciais e, em muitos casos, ao seu absolutismo. Ainda

---

<sup>6</sup> Rosenfeld, 1967, p. 27.



que sob a vontade subjetiva de romper com os fios que ligam à pátria, há uma conexão que prevalece para testemunhar que essa cisão nunca é completa e, além disso, é sempre dolorosa. Gostaria de indicar como esse aspecto se manifesta na literatura de exílio tomando como referencial a obra produzida por uma escritora alemã que esteve exilada na República Dominicana por doze anos.

A poetisa Hilde Domin descreve como uma espécie de segundo nascimento a sua chegada ao mundo no exílio, com outro nome. Tal segundo nascimento se deu quando ela começou a escrever, em Santo Domingo. Por isso ela tomou para si parte do nome do país de exílio, em gesto de homenagem e gratidão – nome com o qual a escritora se tornaria posteriormente conhecida na Alemanha. Postumamente, em 1962, Domin registra em um texto autobiográfico esse nascimento e penso que é possível retomá-lo aqui para apontar aquele trânsito de identidade inerente à produção literário fruto do exílio. Domin intitula o relato de “Entre acrobatas e pássaros. Quase um currículo”. Vale citar uma passagem relativamente longa do início do texto:

Eu, H. D., sou espantosamente jovem. Vim ao mundo apenas em 1951. Chorando, como todos vêm a esse mundo. Não foi na Alemanha, apesar do alemão ser a minha língua mãe. Era falado espanhol e o jardim diante da casa estava cheio de coqueiros. Mais exatamente: eram onze coqueiros. Todos coqueiros machos e, portanto, sem frutos. Meus pais estavam mortos quando eu vim ao mundo. Minha mãe tinha morrido poucas semanas antes. Mas evidentemente eu estava lá já desde sempre. “Sempre”, isso alcança retrospectivamente até pouco tempo antes da assim chamada primeira guerra. Evidentemente, meus pais estavam vivos nessa época, evidentemente, falava-se alemão, a enfermeira, de quem não me lembro, não era uma mulata e diante da casa na Rua dos anéis [*Ringerstraße*] cresciam árvores totalmente cotidianas, acho que acerácea. Em frente da casa havia e há uma pequena amendoeira japonesa. As aceráceas foram derrubadas. Apesar disso, quando eu era criança, a rua era muito mais ampla do que hoje. Ao menos duas vezes mais ampla.

Assim que eu, Hilde Domin, abri os olhos, que choravam, naquela casa nas margens do mundo, onde a pimenta cresce e o açúcar e as mangueiras, mas a rosa apenas raramente, e maçãs, trigo, bétula de maneira alguma, eu, órfã e banida, lá eu levantei e fui para casa, na palavra. “Eu construo um quarto para mim no ar /

entre os acrobatas e pássaros”. De onde não posso ser banida. A palavra, porém, era a palavra alemã. Por isso, eu naveguei de lá de volta através do mar para onde a palavra vive. Havia três anos desde meu nascimento. Eu estive ausente por 22 anos. (DOMIN, 1998, p. 21 – tradução nossa).

É bastante sintomática essa perspectiva de um segundo nascimento que se realiza por meio da palavra. De modo bem direto, a literatura aparece aqui como uma forma de expressão que devolve à autora, a um só golpe, um lar (de onde não pode ser banida), uma identidade (trata-se de uma vida nova, inclusive, com um nome novo) e a língua (“a palavra alemã”): todas essas dimensões estão, contudo, bastante intrincadas. E a produção literária que ganha vida a partir daí é de fato bastante marcada pela experiência autobiográfica do banimento, do exílio, mas também do recomeço e da liberdade para configurar a própria identidade – isso vale tanto para os textos líricos de Domin como para seus trabalhos de cunho ensaístico.

E nessa transição aparecem elementos que são inerentes à literatura de exílio: a língua estrangeira (“era falado espanhol”, como aparece no trecho citado); o estranhamento de coisas que não pertencem à pátria-mãe, do mesmo modo que a ausência de coisas que, ao contrário, eram tão familiares; mas, por outro lado, essa ideia incisiva da língua-mãe como a casa de onde não pode ser banida – a língua alemã aparece como o que resta da Alemanha para muitos refugiados, com maior ênfase, no caso daqueles em que a língua é o instrumento direto de trabalho, como os intelectuais e escritores<sup>7</sup>. Domin reafirma essa perspectiva com frequência:

Para mim, a língua é o que não é passível de perda [*Unverlierbare*] depois que todo o resto se mostrou passível de perda. O último lar irremovível. Apenas o fim da pessoa, a morte cerebral, pode tomá-la de mim: a língua alemã. Nas outras línguas que falo, sou uma hóspede. A língua alemã era o apoio, a ela devemos o fato de que pudemos manter a identidade conosco (DOMIN, 1992, p. 34).

---

<sup>7</sup> Theodor Adorno, por exemplo, que no exílio segue escrevendo majoritariamente em alemão, expressa-se do seguinte modo sobre o tema: “A decisão para o regresso à Alemanha não foi motivada simplesmente por necessidade subjetiva, por nostalgia – mesmo que eu não a negue. Também algo objetivo deve ser evocado. É a língua. Não apenas porque, na língua nova adquirida, não se pode nunca atingir, exatamente, com todas as nuances e com o ritmo da linha de pensamento, o pensado assim como na própria. Antes, a língua alemã tem claramente uma afinidade eletiva especial com a filosofia, e, na verdade, com aquele momento especulativo que, no ocidente, é facilmente desconfiado como perigosamente pouco claro – de modo algum sem suas razões.” (ADORNO, 1986b, pp. 699-700).

De todo modo, ainda que não entremos aqui em detalhes a respeito da produção de Hilde Domin, esse seu relato autobiográfico a respeito do momento em que começou a escrever no exílio é bastante sintomático das reverberações subjetivas dessa condição e seus reflexos na literatura de exílio. No caso do trecho citado (e em muitos dos relatos feitos por essa escritora especificamente), é quase como se surgisse outra pessoa, outra identidade que, embora ainda conserve traços da conexão com a nação de origem, agora fala a partir de um posto distanciado dele – justamente isso concede ao registro literário feito no exílio uma qualidade muito própria, que se relaciona com aquelas características teóricas elaboradas por Georg Simmel e Alfred Schütz: o exilado é alguém condenado à tarefa constante da interpretação, que se realiza a partir do posto contingente caracterizado pelo desterro. Contingente no sentido de que é marcado pela desorientação relativa resultante do rompimento forçado com os laços nacionais, mas também pela liberdade de poder estabelecer vínculos menos determinados pelos sentidos fornecidos pela pátria.

Ainda que esse não tenha sido o foco da presente discussão, vale mencionar que a desigualdade de gênero também se reproduz nessa situação de exílio e reforça as dificuldades vividas pelas mulheres apátridas. De uma maneira ou de outra, essa dimensão aparece nos relatos das quatro escritoras mencionadas, seja porque algumas eram mães, seja porque percebiam claramente as diferenças entre a situação das mulheres na Europa e na América Latina. Nesse último sentido, há o relato de Brill, que afirma que, no Brasil, uma mulher não podia ir sozinha a um café (BRILL, 2012, p. 137). Há, ainda, a sensibilidade de Dauber para a percepção da situação das mulheres na Argentina, sua dificuldade de inserção na política ou a precariedade do trabalho doméstico. Katherine Morris lembra que as catástrofes relacionadas à *Shoah* afetaram definitivamente a vida de todas as vítimas, contudo, seria necessário reconhecer que suas consequências atingiram homens e mulheres de maneiras diferentes, também porque uns e outros vivenciavam esferas culturais distintas (MORRIS, 1992).<sup>8</sup> Mesmo o reconhecimento como escritora é muito mais difícil para as mulheres do que ocorre no caso dos homens, uma vez que a esfera do discurso prevalece amplamente como um domínio masculino. Nesse sentido, vale retomar outro exemplo das exiladas aqui em questão: a poetisa Hilde Domin relata que teria recebido de um colega o seguinte cumprimento: você é “um homem entre os poetas”. Ironicamente, ela reconhece que foi promovida

<sup>8</sup> Também nesse sentido das especificidades da literatura feminina, cf. MITTAG (1993).

à “pessoa de primeira categoria”; o cumprimento, caso fosse escrito, seria como um salvo-conduto, que a tiraria da necessidade inerente à condição de mulher de ter que arcar de antemão com o “ônus da prova” (DOMIN, 1997).

Para retomar e concluir a discussão mais geral da peculiaridade da literatura de exílio como forma de manifestação da realidade, gostaria de mencionar a feliz expressão de um outro exilado em terras nacionais que equipara a situação do “apátrida” a um “duvidoso privilégio”<sup>9</sup>, que obriga o tempo todo a traduzir e retraduzir a identidade. Nesse sentido, a literatura de exílio torna manifesto que o encontro cultural implica traços muito fortes de alteridade, que ele pressupõe, assim, a necessidade de aprender a lidar com outra cultura e a viver “entre dois mundos” e, além disso, a tomar tal situação como “fonte de enriquecimento” (ROSENFELD, 1967, p. 27). Não se trata, porém, de romantizar o exílio. De todo modo, quando recepcionamos a literatura produzida por exilados, percebemos um questionamento muito forte da centralidade do Estado-nação como determinante da vida social moderna. Tal questionamento pode servir para refletirmos acerca da arbitrariedade e do horror vinculados a esse domínio. O campo estético se oferece, assim, como uma forma de encenar outras formas éticas de convivência humana.

## Referências

- ADORNO, Theodor. (1986a). “Auf die Frage: Was ist deutsch”, in ADORNO, Theodor W. *Gesammelte Schriften*. Vol. 10.2. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- ADORNO, Theodor. (1986b). “Erziehung nach Auschwitz”, in *Gesammelte Schriften*, vol. 10.2, Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- ADORNO, Theodor. (2008). *Minima Moralia*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue.
- ARENDT, Hannah. (1999). *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Cia. das Letras.
- ARENDT, Hannah. (1990). “O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem”, in *As origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, pp. 300-335.
- AUERBACH, Erich. (2007). *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva.

---

<sup>9</sup> Referência que Rosenfeld faz à situação do escritor Franz Kafka enquanto o “paradigma” da consciência da situação contemporânea de solidão, estranhamento e exílio. (ROSENFELD, 1967, p. 6).

- BACH, Susanne.  
(1991). *Karussell. Von München nach München*. Nürnberg: Frauen in der Einen Welt.
- BECK, Ulrich.  
(1999). *O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra.
- BRILL, Marte.  
(2002). *Der Schmelztiegel*. Frankfurt a. M.: Büchergilde.
- CANDIDO, Antonio.  
(1997). *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.).  
(2007). *O Anti-semitismo nas Américas*. Edusp: São Paulo.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci.  
(2001). *O anti-semitismo na era Vargas*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- DAUBER, Doris.  
(1949). *Als ich drei Berufe hatte... Argentinien. Wie es wirklich ist* [Quando eu tinha três profissões... Argentina. Como ela realmente é]. Rudolstadt: Greifenverlag.
- DINES, Alberto.  
(2004). *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. São Paulo: Rocco.
- DOMIN, Hilde.  
(1992). "Rundfunkstatement 1975". In SCHEIDGEN, Ilka. Abel, steh auf, damit es anders anfängt zwischen uns. Begegnungen mit Hilde Domin. *Publik - Forum* nr. 15, ano 21, 14 de agosto.
- DOMIN, Hilde.  
(1997). "Über die Schwierigkeiten, eine berufstätige Frau zu sein", in *Von der Natur nicht vorgesehen. Autobiographisches*. Frankfurt a. M.: Fischer, pp. 48-52.
- DOMIN, Hilde.  
(1998). "Unter Akrobaten und Vögeln. Fast ein Lebenslauf", in: DOMIN, Hilde. *Gesammelte autobiographische Schriften. Fast ein Lebenslauf*. Frankfurt a. M.: Fischer.
- ECKL, Marlen.  
(2010). *Das Paradies ist überall verloren. Das Brasilienbild von Flüchtlingen des Nationalsozialismus*. Frankfurt a. M.: Vervuert Verlag.
- ELIAS, Norbert.  
(1992). *Studien über die Deutschen. Machtkämpfe und Habitusentwicklung in 19. und 20. Jahrhundert*. Frankfurt: Suhrkamp.
- ELIAS, Norbert.  
(2014). *Was ist Soziologie?* Basel: Beltz Juventa.
- ESTRADA, Ezequiel Martínez.  
(1956). *¿Que es esto?* Catilinaría. Buenos Aires, Ed. Lautaro.
- FLUSSER, Vilém.  
(2007). *Bodenlos. Uma autobiografia filosófica*. São Paulo: AnnaBlume.
- FREYRE, Gilberto Freyre.  
(2006). *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, p. 115.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie.  
(2011). "Cordialidade e estrangeirice: da relação ao outro", in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas*, Belém, v. 6, n. 2, p. 401-408.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie.  
(2006). Memória, história, testemunho, in *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, pp. 39-47.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio A.  
(2001). Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito, in *Novos Estudos CEBRAP*, n° 61, nov. p. 147-162.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.  
(1995). *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- KESTLER, Izabela Maria Furtado.  
(2005). A literatura em língua alemã e o período do exílio (1933-1945): a produção literária, a experiência do exílio e a presença de exilados

- de fala alemã no Brasil. *Itinerários: Revista de literatura*, n° 23, Araraquara.
- KOHUT, Karl; MÜHLEN, Patrick von zur. (Orgs). (1994). *Alternative Lateinamerika: das deutsche Exil in der Zeit des Nationalsozialismus*. Frankfurt a. M.: Vervuert Verlag.
- LUKÁCS, Georg. (1977). "Realism in the balance", in JAMESON, Fredric (org). *Aesthetics and politics*. London, New York: Verso.
- MITTAG, Gabriela. (1993). *Erinnern, Schreiben, Überliefern. Über autobiographisches Schreiben deutscher und deutsch-jüdischer Frauen*, in Claus-Dieter et alii (org.). *Frauen und Exil. Zwischen Anpassung und Selbstbehauptung*. München: Edition Text+Kritik, 11, pp. 53-67.
- MORRIS, Katherine. (1992). "Introduction", in *Brazilian Chronicles of Exile: Women Remember. Autobiographies of German-Jewish Women during the Nazi era*. (manuscrito), pp. 1-20.
- MÜHLEN, Patrik von zur. (1988). *Fluchtziel Lateinamerika. Die Deutsche Emigration 1933-1945: politische Aktivitäten und soziokulturelle Integration*. Bonn: Neue Gesellschaft.
- ROSENFELD, Anatol. (1967). *Introdução*, in ROSENFELD, Anatol (org.). *Entre dois mundos*. São Paulo: Perspectiva.
- SAID, Edward. (2003). *Reflexões sobre o exílio*, in *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, pp. 46-60.
- SCHÜTZ, Alfred. (1944). *The Stranger: an essay in Social Psychology*, in *American Journal of Sociology*, vol. 49, n. 6.
- SEGHERS, Anna. (1973). *Das siebte Kreuz*. Darmstadt e Neuwied: Luchterhand.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. (2006). *História, memória, literatura. O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp.
- SIMMEL, Georg. (1992). "Der Fremde" in: *Soziologie [1908]*, Gesamtausgabe 11, Frankfurt a. M.: Suhrkamp, pp. 764-771.
- ZWEIG, Stefan. (1997). *Brasilien: Land der Zukunft*. Frankfurt a. M. und Leipzig: Insel.

**Recebido em**  
abril de 2018

**Aprovado em**  
março de 2019